



43
1
037

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0198889-2/02

EMBARGANTE: Edimilson Fernandes Pereira

EMBARGADO(S): Estado de Pernambuco, FUNAPE – Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN – Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

5527

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÕES. RECURSO IMPROVIDO. **1.** Conforme visto no acórdão embargado, a sua fundamentação é clara e suficiente, havendo apreciado a matéria debatida e tendo o julgador decidido a questão em conformidade com a legislação aplicável à matéria. **2.** No caso, não se faz necessário adentrar na seara da irredutibilidade de vencimentos, eis que o embargante nunca percebeu a vantagem denominada adicional de inatividade, hoje parcela autônoma de vantagem pessoal. **3.** Ou seja, a pretensão em lume consiste em agregar um *plus* (um aumento) ao *status quo* remuneratório do embargante, não se podendo cogitar de qualquer decesso em sua remuneração a justificar a aplicação do referido princípio, previsto no art. 37, XV, da CF/88. **4.** Nessa ordem de idéias, também não se verifica qualquer ofensa ao princípio da legalidade. **5.** Inexistem, pois, as omissões apontadas no julgado impugnado, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa. **6.** A insurgência recursal, em verdade, denota evidente inconformismo com o posicionamento contrário ao entendimento do ora embargante. **7.** Embargos improvidos.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos dos Embargos de Declaração nº 0198889-2/02, acima referenciado, acordam os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator, que integra o acórdão.

Recife, 4 de fevereiro de 2010 (data do julgamento).


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator



44
1
038

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO Nº: 0198889-2/02

EMBARGANTE: Edimilson Fernandes Pereira

EMBARGADO(S): Estado de Pernambuco, FUNAPE - Fundação de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco e o FUNAFIN - Fundo Financeiro de Aposentadorias e Pensões dos Servidores do Estado de Pernambuco

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

RELATÓRIO E VOTO

Trata-se de **Embargos de Declaração** interpostos por Edimilson Fernandes Pereira em face de acórdão que **megou provimento** a Recurso de Agravo por ele interposto, mantendo, via de consequência, a terminativa monocrática que confirmara a sentença de primeiro grau, a qual, por sua vez, julgou improcedente o pedido autoral, consistente na implantação em seus proventos do adicional de inatividade, nos moldes do art. 91, §2º, da Lei nº 10.426/90 (em percentual incidente sobre o soldo, portanto).

Argúi o embargante, em suas razões recursais, que o acórdão impugnado teria sido omisso acerca dos princípios da legalidade e irredutibilidade de vencimentos.

É o essencial a relatar.

Eis o teor do acórdão ora embargado:

"ADMINISTRATIVO. RECURSO DE AGRAVO. SERVIDOR MILITAR. IMPLANTAÇÃO DO ADICIONAL DE INATIVIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA POR SEUS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. 1. Reitera o agravante, nesta sede recursal, o argumento de inconstitucionalidade formal da ECE nº 16/99, o qual é de ser rejeitado, à vista de ter a emenda em questão harmonizado a Constituição Estadual aos ditames da Constituição Federal, após a introdução no ordenamento jurídico das Emendas Constitucionais de nºs 19 e 20, de 1998. 2. De outra banda, verifica-se que a referida Emenda Constitucional Estadual foi de iniciativa do então Governador do Estado de Pernambuco, e, como é de rigor, contou com aprovação de 3/5 da Assembléia Legislativa (quorum qualificado e superior ao exigido para aprovação das leis infraconstitucionais). 3. Disto decorre que a questão de fundo versa sobre a existência ou não de direito adquirido à implantação do adicional de inatividade na forma estabelecida anteriormente às alterações introduzidas pela LCE nº 59/2004. 4. Com efeito, não comprovou o agravante que, em 05 de junho de 1999, tivesse ele reunido as condições necessárias à sua transferência para a

45
039

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO
8ª CÂMARA CÍVEL

inatividade, de modo a permitir a invocação, em tese, de eventual direito adquirido à percepção do adicional de inatividade quando da subsequente formalização da aposentadoria. 5. Ademais disso, a respeito da extinção do referido adicional de inatividade, é pacífico e consolidado o entendimento no âmbito do Supremo Tribunal Federal no sentido da inexistência de direito adquirido a regime jurídico (e à forma de cálculo de vantagem remuneratória) por parte dos servidores públicos, sejam os mesmos ativos ou inativos. 6. Frise-se, ao cabo, que a matéria trazida à baila no presente recurso de agravo foi efetivamente enfrentada no julgamento da apelação cível, não tendo o agravante apresentado novos argumentos aptos a infirmar os termos em que lançada a decisão guerreada. 7. Recurso de agravo improvido.

Conforme visto, resta patente a apreciação e aplicação do direito à espécie, sob a perspectiva da inexistência do direito pretendido, nos termos da decisão recorrida.

Com efeito, não se faz necessário adentrar na seara da irredutibilidade de vencimentos, eis que o embargante nunca percebeu a vantagem denominada adicional de inatividade, hoje parcela autônoma de vantagem pessoal.

Ou seja, a pretensão em lume consiste em agregar um *plus* (um aumento) ao *status quo* remuneratório do embargante, não se podendo cogitar de qualquer decurso em sua remuneração a justificar a aplicação do referido princípio, previsto no art. 37, XV, da CF/88.

Nessa ordem de idéias, também não verifico qualquer ofensa ao princípio da legalidade.

Inexistem, pois, as omissões apontadas no julgado impugnado, sendo certo que a via aclaratória não se presta ao reexame da causa.

A insurgência recursal, em verdade, denota evidente inconformismo com o posicionamento contrário ao entendimento do ora embargante, em intuito meramente protelatório.

Tenho por inexistentes, pois, quaisquer omissões nos presentes embargos, razão pela qual **nego-lhes** provimento.

Recife, 7 de fevereiro de 2010.


Des. Francisco Bandeira de Mello
Relator